

II. Os Documentos e a cultura de sua época II.2 O português escrito na época medieval

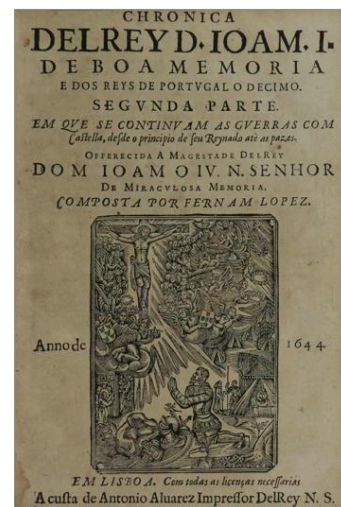
Bibliografia específica:

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). Português Arcaico: Fonologia, Morfologia e Sintaxe. São Paulo: Contexto. [95-203]



Análise de documentos: Prosa medieval portuguesa – Crônicas dos reis

*Nós não somos nados
a nós mesmos, porque hũa parte de
nós tem a terra, & a outra os parentes*



Grande licença deu a afeição a muitos, q'tiuerão cargo de ordenar historias, mórmente dos Senhores, em cuja merce, e terra viuiaõ, e onde **forão nados** seus antigos auôs, fendolhe muyto fauorauéis no recountamento de seus feitos [F.Lopes]

Véspera de Penticoste **foi grande gente assüada** em Camaalot, assi que podera homem i veer mui gram gente, muitos cavaleiros e muitas donas mui bem guisadas. [Demanda]

– Eu demando – disse ela – por Dom Lançarot do Lago. **É** aqui? [Demanda]

– Senhor, – disse el – nom vou senam a esta foresta com esta donzela que me rogou; mais cras, ora de terça, **seerei** aqui. [Demanda]

Nós certamente leuando outro modo, pofta departe toda afeição, que por azo das ditas rezoens **auer** podíamos, noffo defejo foi em esta obra escreuer verdade, sem outra mestura leixando nos bons aque cimentos todo fingido louuor, e mormente mostrar ao pouo, quaesquer contrairas coufas da guifa que auierem. [F.Lopes]

– Como leixar-nos queredes a atal festa, u cavaleiros de todo o mundo veem aa corte, e mui mais ainda por vos veerem ca por al – deles por vos veerem e deles por **averem** vossa companhia? [Demanda]

– Se **me Deos fez** assi fremoso, dar-mi-á bondade, se lhe prouuer [Demanda]

... e leixou sua irmida por ir ao mosteiro das donas, ca nom queria que se fosse Gualaaaz ante que **o el visse**, [Demanda]

1385-1580: Consolidação e expansão do território português

ICON.: Batalha de Aljubarrota, 1384.

Fonte: *Anciennes et nouvelles chroniques d'Angleterre, c 1470-c 1480. British Library, Royal MS 14 E - IV.*
http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=royal_ms_14_e_iv_f001r



A “reconquista” não é a última batalha na formação do território português: no século XIV, o reino lutará pela consolidação de seus limites com o reino vizinho, Castela - processo que culmina na chamada “crise dos 1380”. Os primeiros cronistas portugueses (marcadamente Fernão Lopes) darão muito destaque à consolidação do território contra os castelhanos, que aparece como uma “refundação” do reino.

A partir daí, a expansão territorial se dará para fora do continente.



MAPA: Portulano de Jorge de Aguiar (Lisboa, 1492).

Fonte: *Biblioteca Beinecke, Yale; PMC.* https://en.wikipedia.org/wiki/File:Jorge_Aguiar_1492_MR.jpg

A crise de 1383 e a fundação da dinastia de Avis

Para uma cronologia das dinastias portuguesas, cf <http://www.casarealportuguesa.org/dynamicdata/Cronologia.asp>

Dinastia Afonsina (1143, Afonso Henriques - 1383)

- *Annales Portucalenses Veteres (sec. XIII)*
Era **1160**. Magna fames fuit in civitate Colimbrie et in tota Portugalensi regione a Mineo usque in Tagum (cf. Saraiva 1995:151)
- *Livros de linhagens*
Discurso de D. Afonso IV (1325 - 1357) aos guerreiros da batalha do Salado, na refundição do Livro de D. Pedro (cf. Saraiva, 1995:157)
 - Meus naturais e meus vassalos: sabeis bem como esta terra de Espanha foi perdida por rei Rodrigo e ganhada pelos Mouros; e como outra vez entrou nela Almançor, e como os vossos avós, donde descendeis, por grandes trabalhos seus e por mortes e sofrimentos, ganharam o reino de Portugal; e como el-rei D. Afonso Henriques, com quem eles a ganharam, lhes deu honras e coutos e liberdades e quantias para que vivessem honrados (...) e como os reis que depois dele vieram mantiveram isso. Eu, depois que vim a este lugar, fiz aquilo que estes reis fizeram (...). Olhai por estes Mouros que vos querem ganhar a Espanha, de que dizem que estão forçados, e hoje-este-dia a entendem cobrar se nós não formos vencedores. Ponde em vossos corações fazerdes como fizeram aqueles donde vindes, para que não percais vossas mulheres nem vossos filhos, e o com que hão-de viver aqueles que depois de vós vierem. Os que morrerem e os que viverem serão salvos e nomeados para sempre.
- *Crônica geral da Espanha (1344)*
Podemos dizer, resumindo, que este era o ponto de vista dos fidalgos ligados por laços de parentesco a toda a Espanha. (Saraiva 1995:161).

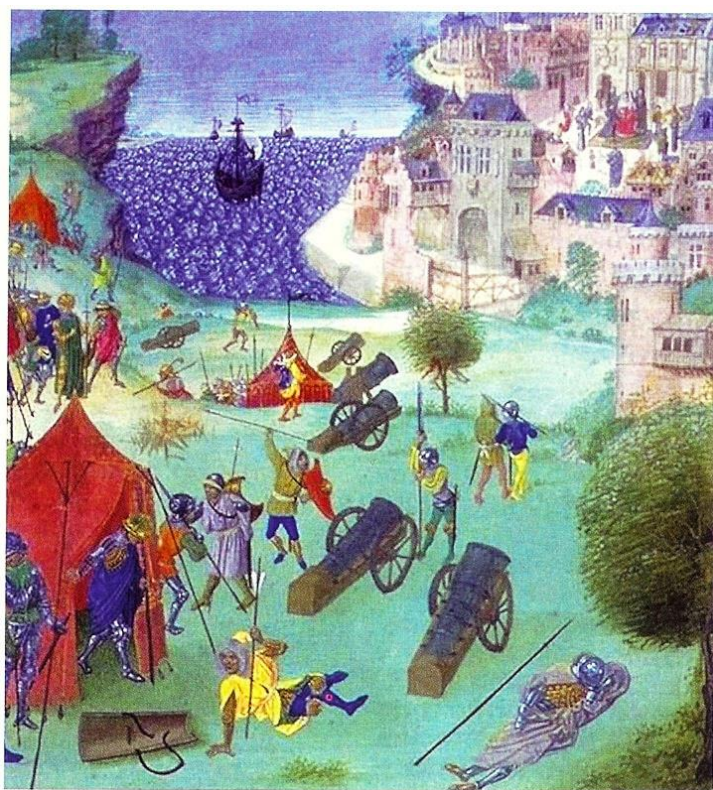
Dinastia de Avis (1385, D. João I -1580, D. Antonio)

- "*A crônica do mouro Rassis*"?
Ou *Akbbâr mulâk al-Andalus*, "História dos emires de Espanha", traduzida para o português no século XV e perdida no terremoto de Lisboa de 1777.
(cf. Miranda, José Carlos – “Na gênese da Primeira Crônica Portuguesa”. *Medievalista* [Em linha]. N°6, (Julho de 2009). ISSN 1646-740X. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-miranda.htm>)
- *Crônica de Portugal, 1419 (atribuída ao infante D. Duarte, filho de D. João I)*
Trecho sobre as motivações da tomada de Santarém:
 - (...) Por duas razões, uma porque era lugar mui forte e guerreiro que fazia mui grande dano em sua terra, e outra porque era a melhor vila de todo o seu reino pela nobreza do seu assentamento. Ca a vista dos homens nom se pode faltar de ver esguardando contra o Oriente os campos chãos e muito avondosos de todo o pão por espaço de cento e sessenta estados {estádios} (...); outrossi ao Ocidente e aurego {sul} desfalece a vista dos olhos da bondade do seu termo, e do aguião {norte} contra os montes, mui grande avondança de vinhas e olivais. (Saraiva 1995:157)
- *Crônicas de Fernão Lopes e seus sucessores*

Os Avis, o “*amor da terra*” e seu cronista maior

ICON.: O cerco de Lisboa nas crônicas de Jean Froissart.

Fonte: Museu Virtual da Almada, <https://almada-virtual-museum.blogspot.com.br/2015/12/embrechados-2-de-5.html>



António Saraiva, 1995:

A nova dinastia resultara de um golpe de estado apoiado numa insurreição popular, que culminou nas Cortes de Coimbra de 1385, em que D. João, mestre de Avis, foi eleito rei. D. João deveu esta eleição ao facto de ter assumido a chefia do movimento popular que rejeitava o legítimo herdeiro do trono, D. João de Castela, casado com a filha do falecido D. Fernando. Pesava portanto um labéu de ilegitimidade sobre a nova dinastia e a missão principal de Fernão Lopes, como cronista da corte, era justificá-la. (...)

A nobreza, fiel a este direito tradicional, dividiu-se entre o candidato castelhano e outro D. João, filho suposto legítimo de D. Pedro, que estava homizado em Castela e que lá fora preso. Segundo o direito tradicional, o mestre de Avis estava em último lugar na cauda dos candidatos ao trono. Mas tinha a seu favor, no sentimento popular, o ter acaudilhado a revolta de Lisboa contra a rainha viúva D. Leonor, que

era odiada não só por uma parte da nobreza, mas também pelo povo da cidade, com quem defendeu Lisboa contra o rei de Castela, que lhe pusera cerco em 1384.

Perante a alternativa posta em 1383, a nobreza, como é natural, manteve-se fiel ao direito tradicional, o que, neste caso aprticular, equivalia a aderir ao rei de Castela. Não significava isso, do seu ponto de vista, qualquer traição ou felonía. A Espanha era toda uma, como o mostrava a Cronica Geral da Espanha de 1344 ou o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, e laços de família, reforçados pela camaradagem de armas na luta contra os Mouros, constituíam as malhas do tecido de toda a nobreza hispânica.

Mas as populações locais não o sentiam assim. O seu horizonte era a terra onde nasceram, a comunidade local e outras comunidades semelhantes pela língua e costumes, os locais de trabalho e negócio, os lugares da infância, do sofrimento, das alegrias e da morte. É a este complexo que Fernão Lopes vai chamar "o amor da terra". E é sobre este sentimento que se funda o direito novo, sem nome, de recusar um senhor que não seja da terra. Designá-lo-emos "direito de naturalidade", ou direito nacional.

Concretamente, enquanto o alcaide de um castelo devia fidelidade ao senhor que legitimamente lhe entregava as chaves, ou aos seus sucessores, legítimos herdeiros do domínio do castelo, segundo uma hierarquia vertical, a população da vila, isto é, os homens livres, lavradores, mercadores ou artesãos, sentiam-se, pelo contrário, irmanados na defesa de um espaço, de uma língua e de uma tradição local comum dentro dos quais se tinham criado e só estavam ligados ao senhor, mais ou menos submissamente, em todo o caso passivamente, por mera imposição de força.

Os acontecimentos de 1383 puseram a claro esta oposição. O direito de naturalidade com o nome de Portugal e o direito senhorial com o nome de Castela afrontaram-se claramente; e, como este se identificava com o grupo governante, toda a autoridade apareceu odiosa aos homens das vilas, e, por contágio, a muitos camponeses pobres. Assistiu-se então a um acontecimento de grande valor simbólico: a demolição dos castelos pelo povo das vilas, uma espécie de premonição da demolição da Bastilha, em França.

O debate entre os dois direitos correspondia não só à oposição entre Portugal e Castela, mas também à

oposição entre dominados e dominadores, e unia num mesmo vínculo, por um lado, os fidalgos, fosse qual fosse seu lugar na cadeia de vassalagem, e por outro, os não fidalgos, fosse qual fosse seu estatuto econômico. A ocasião fulgurante esbateu os particularismos característicos da sociedade medieval e tornou clara a linha divisória fundamental: os que possuíam a terra e os que eram possuídos como parte deste patrimônio. (...)

Ao lermos Fernão Lopes, encontramos que o direito de naturalidade era usado como argumento mesmo entre fidalgos. (...) Como se vê pelo texto, "ser verdadeiro português", ter amor à terra e não desejar sua destruição, é uma razão "decoração", um sentimento natural. (...)

Justificar a legitimidade do fundador da dinastia de Avis obrigava, portanto, o cronista a justificar o direito novo, o direito de naturalidade, que era sentido sobretudo na massa do povo não nobre. As crônicas de Fernão Lopes são a narração deste grande movimento que levou os povos do Reino a imporem seu direito contra a hierarquia senhorial, narração que está repassada de afectividade e entusiasmo e que em si mesma é uma justificação.

(Saraiva, 1995:168-170)



... outra coufa gera ainda esta conformidade, & natural inclinação, se gundo sentença de alguns que o pregoeiro da vida he a fame, rece bendo refeição, para o corpo, o sangue, & espiritos gerados de tãtas ciandas, tẽ hũa tal semelhança antre os que caufa esta confor midade. Alguns outros tiueraõ, q' isto decia na semente, no tempo de geração, a qual dispõe por tal guisa aquello, q' della he gerado, que lhe fica esta conformidade, tambem acerca da terra, como de seus diuidos, & ao que parece que o sentio Tulio, quando veio a dizer. **Nós não somos nados a nós mesmos, porque hũa parte de nós tem a terra, & a outra os parentes.**

Trecho do Prólogo da Crônica de D. João, F. Lopes. Fonte: Fac-simile: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 'Tesouros'.
<http://ttonline.dgarq.gov.pt> Minha transcrição.

FAC-SIMILE: Crônica de D. João I, Fernão Lopes – Prólogo.
Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Consequências para o português escrito

A principal consequência das características do processo de formação do reino português originalmente na porção noroeste da Península e do processo de “transplantação” da língua portuguesa para o novo espaço do reino, em direção ao centro-sul, pode ser vislumbrado no seguinte texto de Paul Teyssier (2006):

A invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação de três línguas peninsulares — o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. **Estas línguas, todas três nascidas no Norte, foram levadas para o Sul pela Reconquista.** Nas regiões setentrionais, onde se formaram os reinos cristãos, a influência lingüística e cultural dos muçulmanos tinha sido, evidentemente, mais fraca que nas demais regiões. No Oeste em particular, a marca árabe-islâmica é muito superficial ao norte do Douro, ou seja, na região que corresponde hoje à Galícia e ao extremo norte de Portugal. À medida que se avança para o sul, ela vai se tornando mais saliente, sendo profunda e duradoura do Mondego ao Algarve. Foi na primeira destas regiões, ao norte do Douro — tendo talvez como limite extremo o curso do Vouga, entre o Douro e o Mondego —, que se formou a língua galego-portuguesa, cujos primeiros textos escritos aparecem no século XIII.

No caso do português, em particular, este fato importante da história ibérica em geral une-se a uma segunda circunstância muito particular: a transferência da corte para Lisboa — portanto, **para o coração do território ‘reconquistado’** - em meados do século XIII.

Isto terá consequências importantíssimas na formação de uma norma lingüística ao longo dos séculos seguintes: a norma portuguesa tem como pólo sociodialetal o centro-sul do reino (i.e., uma parte território ‘reconquistado’). Esse processo se reveste de problemas complexos, que nos levam o terceiro ponto relevante no nosso estudo das primeiras obras de reflexão gramatical: o chamado processo de “elaboração da língua”.